Agrupamento de Escolas de Castro Verde

Projecto Educativo

"Uma Ambição Chamada Sucesso"

2009-2012

Índice

1. Introdução 3
2. Agrupamento de Escolas de Castro Verde 3
2.1 Caracterização do concelho 3
2.2 Caracterização geral da Comunidade Escolar 4
3. Composição Sistémica Estratégica 7
3.1 Missão 7
3.2 Visão 8
4. Organização e Gestão do Agrupamento 8
5. Princípios orientadores do Projecto Educativo 9
5.1 O Sucesso Académico 9
5.2 Por uma Escola Inclusiva 10
5.3 Promoção de Saúde e Segurança 10
5.4 O Estreitamento entre o Agrupamento e a Comunidade 11
6. Operacionalização: objectivos reguladores da acção educativa 11
7. Avaliação do projecto educativo 14
Auto-avaliação do Agrupamento de Escolas 15
Caracterização da Comunidade Educativa (Ano lectivo 2009-2010) 17
Jardim de Infância de Castro Verde 19
Jardim de Infância das Freguesias 19
1º Ciclo de Castro Verde 20
2º e 3º Ciclo de Castro Verde 21
Professores do Agrupamento 22
Funcionários de todo o Agrupamento 22
Somatório de toda a comunidade escolar 23
Caracterização dos Recursos económicos 23
Ligação à Comunidade – Parcerias e Cooperação 25
Plano de Acção (doc. do Projecto de Intervenção do Director - candidatura) 28
Critérios pedagógicos de constituição de turmas do A.E.C.V. 30
Normativos de referência no Projecto Educativo: 32

1. Introdução

O projecto educativo diz respeito ao triénio 2009-2012 e a sua finalidade, tem como principal responsabilidade provocar uma inquietação: o debate, a reflexão e a participação de todos os intervenientes da comunidade educativa, tendo como objectivo a definição do rumo que o Agrupamento de Escolas de Castro Verde deve tomar e, deste modo, promover uma filosofia de Escola que permita ultrapassar a visão unipessoal do mesmo, projectando uma dimensão holística da sua apropriação por parte da comunidade educativa.

A sua concepção, materializada na congregação de esforços e na visão dos representantes da comunidade educativa, resultou da análise dos vários documentos disponíveis, nomeadamente, a avaliação externa e interna do Agrupamento, as entrevistas realizadas junto dos vários elementos da comunidade escolar e local, designadamente, docentes, representantes dos encarregados de educação, alunos, funcionários, representante da autarquia e, como pólo estruturante do seu desenvolvimento, o projecto de intervenção apresentado na candidatura do Director.

Por fim, consubstanciado na política orientadora da acção educativa da Escola, o Projecto Educativo pretende ser realista e determinar um caminho, não só espectável, mas também exequível e, nesse sentido, regular as principais linhas orientadoras que definem as suas opções e finalidades e que se formalizam num ideário e num pressuposto, suportados pela inquietação, e por uma aspiração que dá o mote ao nosso Projecto Educativo: "Uma ambição chamada sucesso".

2. Agrupamento de Escolas de Castro Verde

2.1 Caracterização do concelho

O Concelho de Castro Verde está situado no distrito de Beja. É limitado a Norte, pelos concelhos de Beja e Aljustrel, a Sul pelo concelho de Almodôvar, a Este pelo concelho de Mértola e a Oeste pelo concelho de Ourique. Tem uma área de 576Km2 e uma população de aproximadamente de 7603 habitantes, de acordo com o último recenseamento de 2001. População que se distribui por cerca 20 localidades de pequena e média dimensão. O

concelho está dividido, administrativamente em 5 freguesias: Casével, Castro Verde (sede de concelho), Entradas, S. Marcos da Atabueira e Santa Bárbara de Padrões.

Em termos económicos, Castro Verde é uma região muito dinâmica, que se dedica sobretudo ao sector primário e à indústria extractiva, mas também a uma multiplicidade de outras actividades. Atravessado por uma das mais ricas províncias metalogénicas da Península Ibérica, este concelho alberga uma das mais importantes indústrias extractivas do nosso país, as minas de Neves-Corvo. As principais entidades empregadoras do concelho são a Câmara Municipal e as Minas.

Com excepção da Escola Secundária com 3º ciclo, o território Educativo de Castro Verde está agregado num único Agrupamento de natureza vertical, que inclui os ensinos Pré-escolar, 1º, 2º e 3º CEB, com sede na Escola Básica de 2º e 3º Ciclos Dr. António Francisco Colaço.

2.2 Caracterização geral da Comunidade Escolar

O Agrupamento de Escolas de Castro Verde foi criado em 1999. Além da Escola Básica dos 2ºs e 3ºs ciclos Dr. António Francisco Colaço (escola sede), integra todos os estabelecimentos de Educação Pré Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico do concelho (EB1Castro Verde; JI Castro Verde, EB1/JI Casével, EB1/JI Entradas, EB1/JI S. Marcos da Atabueira, EB1/JI Sta. Bárbara de Padrões).

A nível do pré-escolar e do 1º ciclo as condições físicas do 1º ciclo melhoraram significativamente nos últimos dois anos apresentando agora, um parque escolar melhorado e ampliado, em que as condições oferecidas proporcionam um bom ambiente de aprendizagem (refeitório, salas de aula, espaços exteriores, casas de banho, ar condicionado, novo equipamento, equipamento informático (quadros interactivos em todas as salas do 1º ciclo), bibliotecas em cada centro escolar). Todas as turmas funcionam em regime normal.

De salientar, como aspecto negativo, a falta de espaços físicos na EB e Jardim de Infância de Castro Verde para o desenvolvimento de actividades de enriquecimento curricular (AEC), o que se traduz no tempo exagerado de ocupação das salas de aula por parte das crianças, reconhendo-se que esse facto se reflecte negativamente no cansaço e comportamento dos alunos. Como forma de ultrapassar esta situação, já que a conclusão da construção do um

novo complexo escolar está previsto para o ano 2012, devem ser rentabilizados espaços físicos alternativos (bibliotecas, fórum, piscina; cine-teatro, bloco desportivo, etc.) e o planeamento de actividades diversificadas que permitam a optimização da actividade lúdica e educativa das AEC.

A escola sede, vê-se limitada na sua acção devido às precárias condições de trabalho que as instalações oferecem (secretaria, direcção, arquivo, falta de salas de aula, especialmente especificas, falta de gabinetes de trabalho, inexistência de sala para recepção aos encarregados de educação, espaço exterior com falta de condições e falta de espaços exteriores cobertos, falta de espaço para a psicóloga fazer o atendimento aos alunos.

Na escola sede verifica-se uma sobrelotação do espaço, o que obriga a uma maximização dos tempos e espaços escolares. Neste contexto, também o bloco gimnodesportivo não responde de forma eficiente às necessidades de ocupação por parte da EB1 e JI de Castro Verde. Neste sentido, tendo como objectivo minimizar esta situação pretendende-se rentabilizar os equipamentos desportivos da autarquia, numa prática de cooperação prosseguida entre o Agrupamento e a Câmara Municipal de Castro Verde.

Realidade educacional – Áreas fortes e áreas fracas

A auto-avaliação do Agrupamento e a avaliação externa realizada, permitiu-nos tomar consciência das áreas fortes e fracas, oportunidades de melhoria e constrangimentos existentes nesta realidade educativa (ver na seccção doc.de apoio e análise do PE). Da análise realizada: destacadas as principais problemáticas, foram definidos os seguintes objectivos e estratégias:

Problemática	Objectivos/Estratégias	Calendarização
- O baixo rendimento académico na disciplina de Inglês;	- Melhorar o sucesso na disciplina de Inglês através de: -Plano de Acção de combate ao insucesso na disciplina de Inglês; -Aumento das horas de apoio através das salas de estudo e estudo acompanhado; - Atribuição de mais um tempo lectivo em anos onde se verifique maior insucesso.	No 1.º ano com continuidade nos outros anos do mandato se entretanto se justificar.

Problemática	Objectivos/Estratégias	Calendarização
Deficiente articulação entre ciclos e insucesso escolar na transição de ciclo (2º/ 3º ciclo);	- Aumentar o sucesso nos anos iniciais de ciclo (7.º ano), para isso criar condições para a articulação entre os docentes dos diferentes ciclos, nomeadamente através de reuniões entre os mesmos no início do ano; Fazer transitar os docentes entre os dois ciclos; Instituir a figura do professor convidado enquanto especialista numa determinada área.	Ao longo dos quatro anos do mandato.
- Escola sobrelotada e inexistência de espaços específicos (laboratórios, gabinetes de trabalho, gabinete de recepção aos encarregados de educação, salas específicas para ensino das áreas disciplinares); - Parque Informático obsoleto na escola sede.	- Melhorar as condições de trabalho e habitabilidade na escola sede, fazendo sentir às entidades competentes esta necessidade Renovar o parque informático através de candidaturas e projectos que visem o apetrechamento informático	Até a situação ficar solucionada. Ao longo dos quatro anos do mandato.

Problemática	Objectivos/Estratégias	Calendarização
- A participação reduzida dos pais/encarregados de educação, em particular, nos 2.° e 3.° Ciclos e a ausência de uma associação de pais e encarregados de educação;	- Envolver os encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos e da participação destes na vida e organização escolar através de acções de sensibilização; - Aproximar as estruturas de gestão das escolas mais distantes através de visitas regulares às escolas limítrofes pelo director assim como descentralizar as reuniões do conselho pedagógico.	Ao longo dos quatro anos do mandato.
- A diminuição da população escolar. - A diminuição da população escolar das escolas das freguesias	Reflectir e possibilitar outras ofertas educativas. Promover projectos e metodologias que minimizem os efeitos negativos do	

Problemática	Objectivos/Estratégias	Calendarização
	isolamento do dos alunos, contribuindo para uma maior interacção entre a comunidade escolar	
- A falta de um espaço exterior coberto para os alunos;	- Construir um espaço exterior coberto para os alunos, para isso envidarei esforços, conjuntamente com a Câmara Municipal de Castro Verde, junto da tutela.	Ano lectivo de 2009/2010 e sempre que se tornar necessário.
- A ausência de um Serviço de Psicologia e Orientação.	- Aumentar a permanência das psicólogas no Agrupamento, dando continuidade à parceria estabelecida com a CERCICOA e com a APADIJ.	Setembro 2009.

3. Composição Sistémica Estratégica

3.1 Missão

A missão do Agrupamento e dos seus actores deverá centrar-se na orientação, acção e consolidação da melhoria dos resultados escolares, da qualidade dos serviços prestados, respondendo com eficácia e eficiência às diferentes necessidades, fomentando a relação-pedagógica: uma atitude activa e cooperante de docentes, não docentes, alunos, pais e restante comunidade, ao nível do desenvolvimento de competências de trabalho, sociais, éticas e culturais. A escola deve promover um ambiente estimulante, quer a nível das relações entre os intervenientes, quer a nível das condições físicas. O trabalho cooperativo entre os professores conducente à implementação de práticas educativas inovadoras, deve ser fomentado, assim como, a valorização da imagem da escola face à comunidade.

A relação Escola-Família deve ser facilitada nos seus mais variados aspectos, sobretudo através de espaços de carácter informal (festas, debates, convívios…). Saliente-se, contudo, a necessidade de um maior envolvimento das famílias em projectos pedagógicos desenvolvidos no âmbito do plano de actividades do Agrupamento.

Neste sentido a missão de quem trabalha no Agrupamento deverá dar expressão ao nosso ethos político: valorizar e respeitar as diferenças individuais, como príncipio da igualdade na cidadania, contribuindo para formar cidadãos livres, responsáveis, com

capacidade crítica e reflexiva, promovendo a diferenciação pedagógica e implementando acções conducentes ao sucesso educativo e à redução do abandono escolar.

3.2 Visão

A responsabilidade social das organizações há muito que deixou de ser uma opção, é antes uma questão de visão, estratégia e de sobrevivência. Uma escola responsável reflecte sobre as suas acções e nas consequências que cada uma pode causar.

O Agrupamento deve tornar-se uma organização de referência no sistema de educação respondendo aos desafios do presente e do futuro numa perspectiva de escola inclusiva.

4. Organização e Gestão do Agrupamento

O funcionamento das várias estruturas e órgãos do Agrupamento de Escolas de Castro Verde é, ainda predominantemente, de cariz administrativo. Aplicam-se os normativos legais vigentes; procurando, sempre que possível, ter em consideração as especificidades do Agrupamento na sua aplicação; contudo, o tempo acaba por ser escasso para a observação e análise das reais questões pedagógicas ou organizacionais nas reuniões formais.

Apesar das Estruturas e Órgãos de Gestão se relacionarem de forma correcta do ponto de vista formal, sem conflitos, pretende-se uma melhoria na articulação entre os mesmos, nomeadamente através de reuniões conjuntas periódicas dos respectivos responsáveis.

São necessidades do Agrupamento de Escolas de Castro Verde, neste momento, fomentar mais participação e cooperação, apetrechar os órgãos de gestão intermédia de ferramentas que lhes possibilitem um desempenho menos burocrático das suas funções, potenciando as competências consignadas na legislação, e melhorar os canais de comunicação entre os órgãos de gestão de topo e intermédios.

A monitorização dos resultados pedagógicos é realizada nos Conselhos de Docentes, Conselhos de Turma, Departamentos Curriculares, sempre sob supervisão do Conselho Pedagógico, ao qual cabe a gestão pedagógica global do Agrupamento de Escolas de Castro Verde.

Procura-se assegurar a qualidade científica e pedagógica através do trabalho em equipa, ao nível dos Departamentos Curriculares e dos grupos disciplinares, para actividades de calendarização, planificação, elaboração de materiais pedagógicos, definição de critérios de avaliação, e concepção de instrumentos de avaliação. É também a partir deste tipo de trabalho que os docentes com mais dificuldades no desempenho das suas funções devem ser apoiados. Procedendo-se também a uma aferição de critérios de actuação pedagógica nos Conselhos de Turma.

5. Princípios orientadores do Projecto Educativo

Pretendendo-se sumarizar as conceptualizações decorridas do sucinto corpus descrito nos pontos anteriores, previligiou-se a categorização dos príncípios orientadores do Projecto Educativo que decorrem de pontos diferenciados mas convergentes entre si e é nesta lógica que devem ser compreendidos para o reconhecimento da assumpção de cada um de nós "Numa ambição chamada Sucesso"

5.1 O Sucesso Académico

Parece-nos consensual afirmar que a principal missão da Escola é o Sucesso Académico dos seus alunos, sobretudo se entendermos este Sucesso não só como o conjunto de competências académicas e cognitivas, mas também como todo o processo de desenvolvimento e formação do aluno.

Esta questão começou a assumir uma maior relevância aquando da democratização do ensino, logo a sua massificação, a qual intensificou o fenómeno do insucesso escolar/ académico. Este insucesso visto, anteriormente, como sintoma de qualidade e exigência da escola passou a ser encarado como um problema social cuja resolução terá que implicar todos os intervenientes no processo educativo. No mesmo sentido têm evoluído as teses que analisam as causas do insucesso académico. Assim da teoria "dos dotes naturais" que coloca o aluno como única causa do insucesso, passou-se mais recentemente para a tese sócio – institucional que considera que a causa do insucesso escolar reside em factores múltiplos aos quais a Escola deve dar resposta através da transformação das suas estruturas e conteúdos, procurando adequá-los às necessidades dos diferentes públicos que a frequentam. Também neste contexto se considera importante a continuação do estreitamento de relações entre os vários ciclos e níveis de ensino, reforçando, desta forma, a ideia de Agrupamento.

5.2 Por uma Escola Inclusiva

No seio da diferença, regista-se a verdadeira prática da Escola Inclusiva, da qual se alimentam os laços educativos entre nós e os nossos alunos.

Assim, neste desígnio, em que todas as diferenças colocam a Escola perante uma diversidade de alunos, cuja resposta específica tem de se enquadrar no pressuposto de que é imperioso repensarmos sobre a forma e o conteúdo da matéria curricular a ministrar aos alunos.

De facto, são os alunos que não aprendem ou os que não aprenderam, em tempo útil, como os outros, aqueles que nos devem convocar todos os esforços para aprofundar a prática da Escola Inclusiva. E é, precisamente, aqui, que a Escola deve recentrar as suas funções sociais, ou seja, oferecer um leque diversificado de oferta curricular.

Nesta dimensão, integram-se Programas Educativos Individuais, Programas Individuais de Trabalho, Currículos Específicos Individuais, Programas de Educação e Formação, bem como as relações com os Encarregados de Educação.

5.3 Promoção de Saúde e Segurança

Determina a Lei 60/2009 de 6 de Agosto, posteriormente regulamentada pela Portaria 196-A/ 2010 que a Educação Sexual seja objecto de inclusão obrigatória nos Projectos Educativos dos Agrupamentos.

Nesse sentido consideramos que esta temática deve ser enquadrada no contexto mais abrangente da Educação para a Saúde e Segurança, compreendido este como um conceito abrangente o qual refere deve ter como finalidade a preservação da saúde individual e colectiva, através de um conjunto de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos que tornem os nossos alunos capazes e conscientes de tomarem as opções mais correctas em relação à sua saúde e à sua segurança.

Por outro lado competirá ao Agrupamento disponibilizar os recursos, a organização e o estabelecimento das parcerias necessárias para que este desígnio se possa concretizar.

5.4 O Estreitamento entre o Agrupamento e a Comunidade

A relação de interface que o Agrupamento exerce com a comunidade geográfica em que está inserida desenvolve-se, por um lado, em circuito fechado e, por outro lado, em circuito aberto.

Assim, a relação de interface em circuito fechado é entendida neste contexto como a necessária adaptação, por parte dos coordenadores pedagógicos e professores, dos currículos nacionais à realidade e especificidades locais, nomeadamente, na preparação e organização das actividades lectivas.

Uma outra vertente deste interface é a relação que se estabelece entre o Agrupamento e a Comunidade em circuito aberto. É nesta vertente que as práticas profissionais são susceptíveis de abrir caminho a uma intervenção mais inovadora nas Escolas, estabelecendo-se um eixo transversal com a comunidade geográfica.

Deste modo, o Agrupamento e a sua relação com a Comunidade em circuito aberto pode organizar-se em dois vectores:

O vector da Informação e Divulgação das actividades do Agrupamento, no sentido de, não só dar a conhecer à comunidade as ideias e projectos desenvolvidos nas Escolas, mas também, assumindo-a com parceiro indispensável nas iniciativas e actividades promovidas pelo Agrupamento.

O vector da promoção de uma Atitude Empática com a comunidade na tentativa de resgatar a influência da escola no meio, através de um conjunto de práticas inovadoras nas áreas do Património, da Saúde, da Segurança e do Ambiente que permitam elevar os padrões de qualidade nestes domínios. Neste sentido, o Agrupamento quer continuar a estabelecer várias parcerias com organizações locais e regionais, com o objectivo de implementar uma cultura de participação e solidariedade, de tomada de decisão baseadas numa gestão democrática e colaborativa que contribua para a inclusão e sucesso dos seus discentes.

6. Operacionalização: objectivos reguladores da acção educativa

É Indispensável criar uma dinâmica de trabalho, envolvendo toda a comunidade educativa, que perspective a capacidade de evolução do Agrupamento atendendo à sua identidade – a situação real do mesmo e o ideal preconizado - encontrando um caminho que leve ao sucesso

académico e social, através de uma monitorização da qualidade educativa enquanto reguladora de estratégias e objectivos a adoptar, com vista ao reforço das boas práticas e à implementação de novas dinâmicas, que permitam ultrapassar as fragilidades observadas no processo educativo, nomeadamente:

a) Criar uma estrutura, equipa de coordenação de projectos pedagógicos, que vise a articulação e optimização dos vários recursos - promovendo a transversalidade disciplinar e a comunicação no seio da comunidade educativa. A equipa deverá ser constituída por um coordenador de projectos representante do pré-escolar e 1ºciclo; coordenador de projectos do 2º e 3º ciclo; professor - bibliotecário e coordenador do PTE.

b) Promover uma cultura de participação dos alunos nas actividades culturais e desportivas do agrupamento, apoiando e difundindo as iniciativas levadas a cabo pelos departamentos, áreas disciplinares, clubes, projectos, desporto escolar;

c) Integrar projectos pedagógicos de carácter nacional e internacional, fomentando uma dimensão social e inovadora do desenvolvimento curricular, possibilitando o intercâmbio entre escolas, a troca de saberes e a partilha de experiências educativas.

d) Utilizar os recursos disponibilizados pelo Plano Tecnológico para inovar a prática pedagógica:
   I. Desenvolver, na comunidade educativa, em colaboração com a biblioteca escolar, acções promotoras do uso das TIC e da Internet como ferramentas de acesso, produção e comunicação de informação e como recurso de aprendizagem.

e) Valorizar a diferenciação pedagógica na prática educativa assumindo-se como um princípio orientador de uma comunidade escolar inclusiva e potenciadora de oportunidades.
   I. Adequar metodologias de acompanhamento do desenvolvimento dos alunos, em particular dos alunos com necessidades de intervenções educativas de orientação inclusiva.
   II. Elaborar planos de acompanhamento, recuperação e desenvolvimento de acordo com as características e as necessidades dos alunos.

III. Criar condições para o aparecimento de um leque diversificado de oferta extracurricular com capacidade para aproximar os alunos da escola.

IV. Potenciar a Biblioteca Escolar como elemento agregador de conhecimento e recurso fundamental no apoio ao Desenvolvimento Curricular.

V. Elaborar os planos de acção inerentes às disciplinas com maiores níveis de insucesso.

f) Promover uma acção educativa reguladora de uma consciência cívica no sentido de criar as condições favoráveis para um clima educativo saudável, que fomente o respeito pela diferença e a liberdade individual.

I. Promover e valorizar na relação-pedagógica atitudes, valores e comportamentos que previligiem a formação dos nossos alunos como cidadãos criticos de tomarem as opções mais correctas em relação à sua saúde e à sua segurança.

II. Elaborar de modo colaborativo, regulamentos de utilização de espaços e equipamentos do Agrupamento de Escolas que visem a optimização do bom funcionamento dos mesmos.

g) Promover a formação contínua do pessoal docente e não docente, como forma de contribuir para melhoria da qualidade educativa assente na valorização do trabalho-dialético de aprendizagem-ensino, posta ao serviço da comunidade educativa.

I. Anualmente, deverá o Conselho Pedagógico elaborar, sob proposta dos departamentos e do representante do pessoal não docente, o plano de formação contínua.

h) Acompanhar e regular a situação socioeconómica familiar dos alunos minorando as assimetrias sociais, através de apoios concedidos pelo ASE e por apoios suportados por fundos próprios do Agrupamento de Escolas.

i) Disponibilizar uma estrutura próxima de apoio ao aluno – (Gabinete de Apoio ao Aluno), quer permita responder às necessidades individuais dos alunos.

j) Promover um maior envolvimento das famílias/e encarregados de educação em projectos pedagógicos desenvolvidos no âmbito do plano de actividades do Agrupamento, de forma a valorizar a participação e responsabilidade da familia no processo educativo dos discentes.

   I. Salvaguardar as opções e a anuência da família/ encarregado de educação no tratamento de conteúdos associados a credos religiosos ou outras disciplinas de escolha opcional.

   II. Auscultar as famílias/encarregados de educação ou os seus representantes em matérias que suscitem o parecer dos mesmos.

k) Fortalecer a Ligação à Comunidade e as Parcerias e Cooperação de forma a promover a adequação do ensino à realidade social, económica, cultural e ambiente envolvente em que se insere.

   I. Implementar uma cultura de participação colaborativa que contribua para uma a gestão de recursos físicos, materiais e humanos.

   II. Fomentar e promover protocolos com as empresas locais regulados pela Lei do Mecenato.

7. Avaliação do projecto educativo

A análise e reflexão acerca do caminho delineado através do Projecto Educativo deverá ter uma abordagem sistémica e contínua aferidora da sua intencionalidade, que garanta a regulação das suas linhas orientadoras e, consequentemente, a redefinição das suas estratégias e objectivos sempre que a avaliação do mesmo o reflicta. A análise da eficácia bem como da eficiência deverá sempre ter em contas a condicionantes materiais, organizacionais e orçamentais.

Neste sentido, o momento chave para a sua persecução será no final de cada ano lectivo ou sempre que a Direcção ou Conselho Pedagógico considere necessário.

De modo a tornar exequível a aferição do PE, será elaborado um instrumento de regulação do mesmo, tendo como objectivo avaliar, junto de todos os intervenientes da comunidade educativa e local, a sua eficácia e eficiência.

Auto-avaliação do Agrupamento de Escolas

A auto-avaliação não constitui um processo novo no Agrupamento de Escolas de Castro Verde e, dada a sua relevância e o reconhecimento interno e externo da sua eficácia, será mantida e efectuada com regularidade.

A auto-avaliação é um dos elementos que contribuirá para analisar a implementação do Projecto Educativo e a sua evolução ao longo do período de vigência.

Importa esclarecer em que momento será feito o balanço e quais serão os instrumentos de recolha de informação/avaliação:

- No final de cada ano lectivo ou sempre que a Direcção ou Conselho Pedagógico considere necessário.
- Relatórios de actividades dos Directores de Turma, dos Coordenadores de Departamento; Coordenadores do Ensino Especial; relatório do grupo de da auto-avaliação nomeado pelo Conselho Pedagógico.

Documentos de Apoio e Orientação do Projecto Educativo

Caracterização da Comunidade Educativa (Ano lectivo 2009-2010)

A população escolar do Agrupamento abrange os níveis de ensino do Pré-Escolar ao 3º ciclo, todas as freguesias do Concelho.

Neste momento a população discente do Agrupamento em termos de nível escolar e localização geográfica encontra-se distribuída da seguinte forma:

Graus de Ensino / Freguesias	Pré- Escolar	1º Ciclo				2º Ciclo			3º Ciclo			Total
		1ºAno	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	PIEF	7º Ano	8º Ano	9º Ano	
Castro Verde	110	45	49	64	63	71	85	8	38	47	33	613
Casével	8	2	9	3	7	----	----	----	----	----	----	29
Entradas	13	3	6	4	3	----	----	----	----	----	----	29
Santa Bárbara dos Padrões	11	5	5	9	7	----	----	----	----	----	----	37
São Marcos	2	5	2	1	0	----	----	----	----	----	----	10
Sete	10	4	1	3	1	----	----	----	----	----	----	19
Total	154	64	72	84	81	71	85	8	38	47	33	737

Em termo termos de apoios escolares, no que se refere a necessidades educativas especiais e subsídios atribuídos aos alunos, a realidade, no momento de execução do Projecto Educativo, é a seguinte:

Apoios na População Escolar do Agrupamento					
Graus de Ensino	Pré-Escolar	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	TOTAL
Apoios Educativos	5	13	14	10	42
Alunos Subsidiados	67	171	87	43	368

Do corpo docente do Agrupamento fazem parte 88 docentes, que estão distribuídos da seguinte forma:

Pessoal Docente							
Nível de Ensino / Situação Profissional		Pré-Escolar	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Educação Especial Intervenção Precoce Apoios S. Educativos	TOTAL
Quadro de Escola	Professores	9	16	17	7	5	54
Quadro Zona Pedagógica		-	6	1	4	-	11
Contratado		3	4	8	8	3	26
TOTAL		12	26	26	19	8	83

Dos Serviços de Administração Escolar, Auxiliares de Acção Educativa e Pessoal Operário fazem parte 30 elementos, assim distribuídos:

Pessoal Não Docente						
Estab. de Ensino / Pessoal	Jardins de Infância	E. B. 1s	E. B. 2,3	Vínculo Institucional		TOTAL
				Ministério da Educação	Câmara Municipal	
A. A. E.	3	4	16	23	26	72
Tarefeiros	-	4	1	5		10
Operário	-	-	-	-		-
Administrativo	-	-	7	7		14
TOTAL	3	8	24	35	26	96

DADOS DE CARACTERIZAÇÃO

Jardim de Infância de Castro Verde

Turmas	Idades	Feminino	Masculino	Total	%
0º A	3-4 anos	5	5	25	22,7 %
	5-6 anos	7	6		
	7 anos	__	2		
0º B	3-4 anos	3	2	23	21 %
	5-6 anos	8	9		
	7 anos	__	1		
0º C	3-4 anos	2	1	20	18,2 %
	5-6 anos	11	4		
	7 anos	1	1		
0º D	3-4 anos	8	6	21	19 %
	5-6 anos	3	4		
0º E	3-4 anos	2	2	21	19 %
	5-6 anos	6	8		
	7 anos	1	2		
Total		57	53	110	100 %
Total % Fem. e Masc.		52%	48%		

Jardim de Infância das Freguesias

Freguesias	Idades	Feminino	Masculino	Total	%
Casével	3-4 anos	2	1	8	17,4 %
	5-6 anos	3	1		
	7 anos	1	__		
Entradas	3-4 anos	2	1	13	28,3 %
	5-6 anos	5	5		
Sta. Bárbara de Padrões	3-4 anos	1	3	11	24 %
	5-6 anos	4	3		
S. Marcos da Ataboeira	3-4 anos	1	2	4	8,6 %
	5-6 anos	1	__		
Sete	3-4 anos	4	4	10	21,7 %
	5-6 anos	1	1		
Total		25	21	46	100 %

1º Ciclo de Castro Verde

Anos de escolaridade	Idades	Feminino	Masculino	Total	%
1º ano	6 anos	22	21	46	20,8 %
	7 anos	1	2		
2º ano	7 anos	24	21	50	22,6 %
	8 anos	1	3		
	9 anos	1	___		
3º ano	8 anos	32	24	64	29 %
	9 anos	2	4		
	10 anos	1	___		
	14 anos	1	___		
4º ano	9 anos	26	29	61	27,6 %
	10 anos	2	2		
	11 anos	__	2		
Total		112	109	221	100 %

Casével

Ano de escolaridade	Idades	Feminino	Masculino	Total	%
1º ano	5 anos	__	1	2	9,5 %
	6 anos	1	__		
2º ano	7 anos	2	4	9	43 %
	8 anos	1	2		
3º ano	8 anos	1	1	3	14,2 %
	9 anos	__	1		
4º ano	9 anos	3	1	7	33,3 %
	10 anos	1	1		
	11 anos	__	1		
Total		9	12	21	100 %

Entradas

Ano de escolaridade	Idades	Feminino	Masculino	Total	%
1º ano	6 anos	2	1	3	17,6 %
2º ano	7 anos	4	1	6	35,3 %
	8 anos	__	1		
3º ano	8 anos	2	1	4	23,5 %
	9 anos	__	1		
4º ano	4 anos	1	1	4	23,5 %
	11 anos	1	__		
	12 anos	__	1		
Total		10	7	17	100 %

Santa Barbara de Padrões

Ano de escolaridade	Idades	Feminino	Masculino	Total	%
1º ano	6 anos	3	3	5	20 %
2º ano	8 anos	1	3	4	16 %
3º ano	9 anos	3	3	9	36 %
	10 anos	1	2		
4º ano	9 anos	1	5	7	28 %
	10 anos	1	__		
Total		10	15	25	100 %

S. Marcos da Ataboeira

Ano de escolaridade	Idades	Feminino	Masculino	Total	%
1º ano	7 anos	1	4	5	62,5 %
2º ano	8 anos	1	1	2	25 %
3º ano	9 anos	__	1	1	12,5 %
Total		2	6	8	100 %

Sete

Ano	Idades	Feminino	Masculino	Total	%
1º ano	7 anos	3	__	4	40 %
	8 anos	__	1		
2º ano	8 anos	1	__	2	20 %
	9 anos	__	1		
3º ano	9 anos	1	2	3	30 %
4º ano	10 anos	1	__	1	10 %
Total		6	4	10	100 %

2º e 3º Ciclo de Castro Verde

Anos	Idades	Feminino	Masculino	Total	%
5º ano	9 anos	5	8	72	26 %
	10 anos	22	23		
	11 anos	4	7		
	12 anos	__	2		
	13 anos	1	__		
6º ano	10 anos	12	6	84	31 %
	11 anos	26	19		
	12 anos	5	8		
	13 anos	6	2		
	11 anos	2	1		
	12 anos	14	14		

7º ano	13 anos	__	4	39	14 %
	14 anos	__	3		
	15 anos	__	1		
8º ano	12 anos	5	3	48	17 %
	13 anos	18	10		
	14 anos	2	5		
	15 anos	2	1		
	16 anos	2	__		
9º ano	13 anos	__	3	32	12 %
	14 anos	10	12		
	15 anos	3	2		
	16 anos	__	1		
	17 anos	__	1		
Total		139	136	275	100 %

Professores do Agrupamento

Designação	Feminino	Masculino	Total
Educadores de infância	12	__	12
Prof. 1º ciclo	21	4	25
Prof. 2º e 3º ciclo	33	16	49
Educação especial	5	1	6
Total	71	21	92

Funcionários de todo o Agrupamento

Designação	Feminino	Masculino	Total	%
Encarregado operacional	1	____	1	2,12%
Assistente operacional	21	3	24	51%
Assistente técnico	6	____	6	13%
Chefe de administração escolar	1	____	1	2,12%
(Aux. De acção Educativa)	12	3	15	32%
Total	41	6	47	100 %

Somatório de toda a comunidade escolar

Local	Nº de alunos	%
J. I. das Freguesias	46	6,3 %
J.I. de Castro Verde	110	15 %
1º Ciclo das freguesias	81	11, 05 %
1º Ciclo de Castro Verde	221	30,15 %
2º e 3º Ciclo de Castro Verde	275	37,51 %
Total	733	100 %

Caracterização dos Recursos económicos

Para fazer face às necessidades e despesas das escolas, o Agrupamento dispõe de verbas provenientes do Orçamento de Estado que suporta toda a actividade do Agrupamento, de verbas atribuídas pela autarquia aos estabelecimentos de 1º Ciclo, de candidaturas a projectos e ainda de outras fontes financeiras (aluguer de espaços e equipamentos). A verba destinada ao ensino Pré -Escolar é atribuída pelo Ministério da Educação.

Ano	Receitas do Estado	Receitas Próprias	Total
2010	78.963.00 €	8.256.00 €	87.219.00 €

Identificação dos Problemas e Estratégias de resolução

(Análise Swot)

Pontos Fortes *(Nível Interno)*	Oportunidades *(Nível Externo)*
- A qualidade das relações humanas entre os diversos intervenientes da acção educativa; - A cultura de "escola inclusiva" (alunos com NEE e Etnia Cigana), assumida pela comunidade educativa e local; - O empenho dos docentes na obtenção de melhores resultados escolares; - Evolução positiva dos resultados escolares dos alunos; - O empenho do pessoal não docente; - O comportamento dos alunos; - A utilização da plataforma de e-learning Moodle (mais de 800 utilizadores registados); - A existência de percursos alternativos (PIEF); - A existência de 2 bibliotecas integradas na rede de bibliotecas escolares; - A participação no Plano de Acção para a Matemática; - A existência de um processo de auto-avaliação contínuo; - A diversidade da oferta extra-curricular (clubes e projectos); - A existência dos núcleos de saúde e segurança.	- O envolvimento dos diferentes agentes educativos no processo de auto-avaliação; - Protocolos com a Autarquia, Lar Jacinto Faleiro, CoopCastrense e Futebol Clube Castrense; -Uma boa relação institucional com a Autarquia; - Parcerias com a CERCICOA, com Centro de Paralisia Cerebral de Beja, com a APADIJ, com os Bombeiros Voluntários de Castro Verde, com o Centro de Saúde de Castro Verde, com a GNR (local e Escola Segura), Cruz Vermelha de Castro Verde, CPCJ e Rádio Castrense.

Pontos Fracos *(Nível Interno)*	Ameaças *(Nível Externo)*
- O baixo rendimento académico na disciplina de Inglês; - Deficiente articulação entre ciclos e insucesso escolar na transição de ciclo (2º/ 3º ciclo); - Escola sobrelotada e inexistência de espaços específicos (laboratórios, gabinetes de trabalho, gabinete de recepção aos encarregados de educação, salas específicas para ensino das áreas disciplinares); - Parque Informático obsoleto na escola sede.	- A participação reduzida dos pais/encarregados de educação, em particular, nos 2.° e 3.° Ciclos; - Ausência de uma Associação de pais e encarregados de educação; - A falta de um espaço exterior coberto para os alunos; - A diminuição da população escolar nas escolas fora da sede de concelho ameaçando a sua continuidade; - A ausência de um Serviço de Psicologia e Orientação.

Ligação à Comunidade – Parcerias e Cooperação

O Agrupamento de Escolas de Castro Verde, consciente da necessidade de incentivar a ligação Escola/Meio, de forma a promover a adequação do ensino à realidade social, económica, cultural e ambiente envolvente em que se insere, tem vindo a estabelecer várias parcerias com organizações locais e regionais, com o objectivo de implementar uma cultura de participação e solidariedade, de tomada de decisão baseadas numa gestão democrática e colaborativa que contribua para a inclusão e sucesso dos seus discentes.

Nesse sentido pretendemos continuar a desenvolver e aprofundar as seguintes parcerias:

Instituições Parceiras	Actividades Colaborativas
Câmara Municipal de Castro Verde e Juntas de Freguesia	- Representatividade da Câmara no Conselho Geral; - Manutenção e apetrechamento dos espaços físicos, equipamento informático e outros, das escolas da Educação Pré-Escolar e do 1ºCiclo; - Disponibilização de autocarro e despesas com motoristas no transporte diário de alunos para a Escola, em visitas de estudo, na utilização da piscina pelos alunos das freguesias, no desporto escolar, entre outros. - Manutenção das áreas ajardinadas de todas as escolas; - Transferência de verbas para aquisição de material de desgaste e de limpeza das escolas da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo; - Desenvolvimento da Componente de Apoio à Família; - Desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular.
Conselho Municipal de Educação	O Conselho Municipal de Educação é uma instância de coordenação e consulta que tem por objectivo promover a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais, com uma intervenção articulada entre os parceiros sociais.
Comissão de Protecção de Crianças e Jovens	Representação na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Castro Verde, que tem como objectivo a promoção e protecção das crianças e jovens do concelho em situação de perigo de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral. Intervém quando as entidades com competência em matéria de infância e juventude (educação, saúde, serviço social) não conseguem actuar de modo consensual com os pais ou seus representantes legais de forma adequada e suficiente a remover o perigo em que estas se encontram.
Cercicoa - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados - Solidariedade Social, Almodôvar, Castro Verde e Ourique APADIJ – Associação Para o Acompanhamento Infantil e	Articulação e apoios complementares aos alunos com Necessidades Educativas Especiais, nomeadamente no apoio à avaliação especializada das crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais de carácter permanente, no apoio à transição dos alunos para a vida pós-escolar e no desenvolvimento de acções de apoio à família.

Instituições Parceiras	Actividades Colaborativas
Juvenil	
Centro de Paralisia Cerebral de Beja	Articulação com a equipa técnica do Centro de Paralisia Cerebral de Beja para prestação de apoio, ao nível da reabilitação e ao nível da integração escolar das crianças e jovens com necessidades educativas especiais, tendo por norma os princípios da integração/inclusão das crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais de carácter permanente e acções de apoio à família.
Escola Superior de Educação de Beja	Colaboração com a Escola Superior de Educação de Beja na implementação de programas de formação contínua de docentes e em projectos de intercâmbio educativo/cultural.
Centro de Formação da Associação de Escolas Terras de Montado	Membro da Comissão Pedagógica do Centro de Formação da Associação de Escolas Terras de Montado dando apoio a todas as escolas dos concelhos de Ourique, de Almodôvar, Mértola, Aljustrel, Castro verde e a duas freguesias do município de Odemira (Colos e Sabóia), participando no processo de levantamento de necessidades, organização, divulgação e selecção de candidatos para programas de formação dirigidos a pessoal docente e pessoal não docente.
Rede Social do Concelho de Castro Verde	Pretende-se desenvolver uma parceria efectiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes locais, promovendo a irradiação ou atenuação da pobreza e da exclusão social numa perspectiva de promoção do desenvolvimento social do Concelho de Castro Verde. Responsabilidade acrescida do Agrupamento de Escolas de Castro Verde, pelo facto de fazer parte integrante do Núcleo Executivo, órgão que tem a responsabilidade de elaboração/monitorização dos documentos orientadores da Rede, nomeadamente, Diagnóstico do Concelho, Plano de Desenvolvimento Social, Plano de Acção.
Núcleo Local de Inserção Social	Integração na Equipa do Núcleo Local de Inserção Social do Concelho de Castro Verde, constituído por representantes da Educação, Saúde, Segurança Social, Autarquia e Emprego / Formação Profissional, aprovando e fazendo o acompanhamento dos programas de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e eu favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

Plano de Acção (doc. do Projecto de Intervenção do Director - candidatura)

Plano de Acção	Calendarização
- Constituição de várias equipas de trabalho a nível do agrupamento com funções distintas (grupo de avaliação interna; equipa de projectos; grupo de trabalho sobre a indisciplina)	Início do ano lectivo 2009/10
- Planear e Implementar o Observatório de Qualidade do Agrupamento, utilizando a Estrutura Comum de Avaliação (Common Assessment Framework ou CAF);	Ano lectivo 2009/2010
- Assegurar o sucesso educativo baseado numa política de qualidade, equidade, rigor, exigência e responsabilidade;	Ao longo dos 4 anos de mandato
- Designar para Directores de Turma, Coordenadores de Departamento, Área Disciplinar, de Estabelecimento docentes que tenham o seguinte perfil: • Ser preferencialmente professor do quadro do agrupamento; • Ser capaz de estabelecer boas relações interpessoais e que saiba propiciar um ambiente motivador entre todos os intervenientes no processo educativo; • Ter facilidade de trabalhar em equipa e revelar competências de liderança e coordenação; • Dar continuidade à turma durante o ciclo de ensino; • Esteja disponível para levar a cabo actividades de sensibilização junto dos encarregados de educação e junto dos pais;	A implementar no 1º ano de mandato
- A implementação de instrumentos de avaliação diagnóstica para todas as disciplinas, com base numa matriz uniforme, para os alunos da mesma disciplina e ano de escolaridade; - Envolver os alunos e os Enc. de Educação na elaboração dos planos de recuperação e de acompanhamento dos seus educandos; - Organizar campanhas de limpeza, educação e civismo ambiental e promoção da saúde em meio escolar em colaboração com os professores de Formação Cívica; - Praticar uma comunicação ajustada e assertiva entre os diversos órgãos de gestão da escola e com toda a comunidade educativa; - Fomentar o sentido de pertença tanto do pessoal docente como do pessoal não docente; - Agilizar os procedimentos funcionais e administrativos do Conselho Pedagógico, de modo a garantir um maior aproveitamento do tempo disponível para a análise, debate e	Ao longo dos 4 anos de mandato

decisão dos grandes temas e documentos orientadores da vida da escola. - Promover uma cultura de participação dos alunos nas actividades culturais e desportivas do agrupamento, apoiando e difundindo as iniciativas levadas a cabo pelos departamentos, áreas disciplinares, clubes, projectos, desporto escolar; - Criar condições no sentido de melhorar o funcionamento da Biblioteca/Centro de Recursos com vista a criar um espaço de encontro, de diálogo e de trabalho agradável, proporcionando um clima que promova o sucesso académico dos nossos alunos. Procurar apoios externos e internos para a concretização dos objectivos. Colocar um funcionário a tempo inteiro na biblioteca, mas também destacar uma equipa de docentes para além do coordenador, para que a biblioteca esteja a funcionar a tempo inteiro; - Auscultar os alunos para que os seus interesses e as suas expectativas sejam integrados nos documentos orientadores da acção educativa. Fazer reuniões periódicas com delegados e subdelegados para que se possa ter um maior conhecimento das suas vontades e dos seus interesses, mas também conhecer as suas desmotivações.	

Critérios pedagógicos de constituição de turmas do A.E.C.V.

Na constituição de turmas devem prevalecer critérios em conformidade com a lei e critérios de natureza pedagógica definidos em Conselho Pedagógico e devidamente inscritos no Projecto Educativo da escola.

1. As turmas do 1º Ciclo do ensino básico são constituídas por vinte e quatro alunos, não podendo ultrapassar esse limite;

2. As turmas do 1º Ciclo do ensino básico, nas escolas de lugar único que incluam alunos de mais de dois anos de escolaridade, são constituídas por dezoito alunos;

3. As turmas do 1º Ciclo do ensino básico nas escolas com mais de um lugar, que incluam alunos de mais de dois anos de escolaridade, são constituídas por vinte e dois alunos;

4. Na constituição de turmas do 1º ano, deve proceder-se a uma distribuição equitativa dos alunos, de acordo com a sua origem geográfica e/ou frequência da mesma sala no ensino pré-escolar;

5. Deve atender-se ao nível etário dos alunos, a fim de se constituírem turmas homogéneas;

6. Paridade por sexo;

7. Um aluno retido no 2º ou 3º ano de escolaridade deverá integrar até ao final do ciclo a turma a que já pertencia, salvo se houver decisão em contrário do competente conselho de docentes ou do conselho pedagógico, sob proposta fundamentada do professor titular de turma e ouvido, sempre que possível, o professor da eventual nova turma;

8. As turmas do segundo e terceiro ciclos são constituídas por um número mínimo de vinte e quatro alunos e um máximo de vinte e oito alunos;

9. No ensino básico deverá atender-se à manutenção do grupo/turma, salvo indicação devidamente fundamentada pelo conselho de docentes no 1º ciclo ou pelo conselho de turma no 2º e 3ºciclos;

10. No 7º ano de escolaridade, as turmas são constituídas com base na opção de Área

Artística;

11. Os alunos retidos devem ser distribuídos equitativamente pelas turmas, sob proposta do conselho de docentes/conselho de turma;

12. Não poderão ser constituídas turmas apenas com alunos em situação de retenção, com excepção de projectos devidamente fundamentados pelo órgão de gestão, ouvido o conselho pedagógico e dos casos previstos na legislação;

13. As turmas com alunos com necessidades educativas especiais resultantes de deficiências ou incapacidade comprovadamente inibidora da sua formação, de qualquer nível de ensino, são constituídas por vinte alunos, não podendo incluir mais de dois alunos nestas condições;

14. No 9º ano de escolaridade, o número mínimo para a abertura de uma turma de opção do conjunto das disciplinas que integram as componentes curriculares artística e tecnológica é de dez alunos;

15. Nas disciplinas de Ciências da Natureza do segundo ciclo, e de Ciências Naturais e Ciências Físico-Químicas do terceiro ciclo do ensino básico, quando o número de alunos da turma for superior a 15, é autorizado o seu desdobramento num bloco de noventa minutos em cada disciplina, de modo a permitir a realização de trabalho experimental;

16. Na disciplina de Educação Tecnológica e na disciplina oferta de escola, no 7º e 8º ano de escolaridade, as turmas poderão ser desdobradas em dois turnos, de organização semestral, sendo que a leccionação do turno respectivo estará a cargo de um único professor;

17. A constituição, a título excepcional, de turmas com número inferior ou superior ao estabelecido nos números anteriores carece de autorização da Direcção Regional de Educação do Centro, mediante análise de proposta fundamentada do órgão de gestão, ouvido o conselho pedagógico;

18. Distribuição equitativa pelas turmas de alunos da mesma etnia.

Normativos de referência no Projecto Educativo:

Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de Abril - Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré -escolar e dos ensinos básico e secundário.

Decreto-Lei n.º 75/2010 de 23 de Junho de 2010 - Estatuto da Carreira do Pessoal Docente.

Decreto-Lei n. º3 de 2008 de 7 de Janeiro - Ensino Especial.

Lei n.º 60/2009 de 6 de Agosto - Educação Sexual em meios escolares.

Portaria n.º 196-A/2010 de 9 de Abril – Regulamentação da educação sexual em meios escolares.

Despacho n.º 13170 de 4 de Junho de 2009 - Matriculas